

Sindicato contra diretiva que permite intervenção direta

Magistrados avisam que norma da PGR é “ilegal” e irá “paralisar por completo os processos”

POLÉMICA O presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) alertou ontem no Parlamento que a diretiva da procuradora-geral da República sobre subordinação hierárquica vai permitir a interferência direta em inves-

tigações criminais. Além disso, a intervenção constante dos superiores irá perturbar e “paralisar por completo os processos”.

“Esta diretiva foi feita para a permissão de ordens em concreto, com a interferência em concreto nos proces-

sos. Entendemos que esta norma é ilegal e viola o Estatuto e o Código de Processo Penal”, criticou António Ventinhas, na Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias.

Ventinhas mostrou-se bastante crítico da diretiva de Lucília Gago, considerando mesmo que é uma “usurpação de poderes”, pois só o legislador pode intervir nesta matéria.

PARALISAR OS PROCESSOS

O presidente do SMMP avisou ainda que a implementação de um modelo com “a intervenção a todo o tempo

do superior hierárquico, como defende a deputada Cláudia Santos (PS), iria causar uma perturbação enorme e paralisar por completo os processos”.

A deputada do PSD, Mónica Quintela, questionou-o sobre o procedimento anterior. Ventinhas garantiu que “não eram admissíveis ordens desta natureza”. Havia reuniões de coordenação, mas não havia intervenção direta com ordens. Se o superior discordasse, “podia avocar o processo, despachá-lo para si próprio, ou, então, propor a distribuição a outro magistrado”. ●